

Teoria & Sociedade

Revista dos Departamentos de
Ciência Política e de Sociologia e Antropologia

junho 2000

U F M G

5

Comissão Editorial: *Antonio Fernando Mitre Canahuati*
Juarez Rocha Guimarães
Otávio Soares Dulci
Renan Springer de Freitas
Tania Quintaneiro

Editores Responsáveis: *Antonio Fernando Mitre Canahuati*
Tania Quintaneiro

Editoração: *Ludmila Siqueira*

Secretaria: *Gisele Alves de Oliveira*

Impressão: *Gráfica e Editora Cultura*

Elaborada pela Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais

TEORIA & SOCIEDADE (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia - UFMG). – Belo Horizonte, n.5, 2000.

Semestral

1. Teoria Social – Periódicos. 2. Política – Periódicos. 3. Sociologia – Periódicos. 4. Antropologia – Periódicos. I. Universidade Federal de Minas Gerais.

AGRADECIMENTOS

Teoria & Sociedade agradece a colaboração dos professores Bernardo Sorj, Bruno Pinheiro Wanderley Reis, Eduardo Viana Vargas, Carlos Aurélio Faria, Elisa Reis, Gustavo Lins Ribeiro, Leonardo Avritzer, Leonardo Hipólito Genaro Fígoli, Malori Pompermayer, Maria D'Alva Kinzo, Mônica Mata Machado de Castro, Neuma Aguiar, Otávio Soares Dulci, Roberto Grün, Rodrigo Duarte e William Smith.

A ESTRUTURA DE ESTRATIFICAÇÃO DO BRASIL: UM PROGRAMA DE TRINTA E CINCO ANOS DE PESQUISA

Archibald Haller

INTRODUÇÃO

Este artigo conta a história de um esforço para compreender o funcionamento das desigualdades da sociedade, às quais chamamos *estratificação social (societal stratification)*, em termos que atendam tanto à teoria clássica como aos avanços da análise empírica após a Segunda Guerra Mundial.¹ O próprio conceito refere-se às hierarquias de poder que existem

¹ Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no encontro da International Sociological Association's Research Committee on Social Stratification (RC-28), na Academia Sinica, Taipei, Taiwan, realizado entre 7 e 9 de janeiro de 1998. Agradeço aos professores William H. Sewell e Bam Dev Sharda, aos membros do RC-28 por seus comentários, aos anônimos revisores desta revista, e aos muitos colegas e ex-estudantes com os quais tive o prazer de trabalhar ao longo dos anos, ao Departamento de Sociologia Rural, do College of Agricultural and Life Sciences, and Graduate School; ao Department of Sociology, ao College of Agriculture of Michigan State University, e diversas fundações (National Science, Tinker, Spencer, Johnson e Inter-American), ao Fulbright Program, e a várias instituições brasileiras, especialmente às Universidades de São Paulo, Pernambuco e Pará, assim como à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este artigo é dedicado àqueles, já falecidos, que contribuíram com o Programa: John H. Kolb do Departamento de Sociologia Rural da Universidade; seu estudante João Gonçalves de Souza (Ministro de Estado brasileiro nos anos 60); Hércio Ulhôa Saraiva, Vitae (São Paulo); João Bosco Pinto, Universidade Federal de Pernambuco (FUPE); e Sílvio M. Maranhão, FUPe. Entre as muitas dívidas intelectuais que possuo, uma se destaca: a com o professor Sewell: mentor, colega, colaborador e amigo. Também de especial importância são David B. Bills, José A. L. Drummond, Suzanne Dvorak, David L. Featherman, Danielle C. Fernandes, Maria Cristina Del Peloso Haller, David O. Hansen, Robert M. Hauser, Jonathan Kelley, Robert Mare, Jorge Alexandre Neves, Luther B. Otto, José Pastore, Alejandro Portes, Tarczio R. Quirino, Mary Schil, Kenneth I. Spenner, Ramon Torrecilha, Manoel M. Tourinho e Salvador Trevisão. E acima de tudo agradeço aos membros de minha família.

em algum grau em todas as sociedades. Toda pessoa está familiarizada, ao menos ligeiramente, com o lugar que ocupa nestas hierarquias, assim como com os lugares de muitos outros, sejam indivíduos ou classes de indivíduos – o tio rico ou as classes trabalhadoras, por exemplo.

Ainda assim, tem sido extremamente difícil especificar conceitos que abranjam os diferentes fenômenos da estratificação. Isto exigiu anos de esforço por parte de teóricos clássicos (WEBER, 1946; SOROKIN, 1927; SVALASTOGA, 1965; LENSKI, 1966). Em poucas palavras, estes conceitos resultaram ser quatro dimensões do poder: poder político, econômico, o poder do prestígio e o poder da informação (HALLER, 2000). Tem sido igualmente difícil descobrir como medir estas dimensões de modo confiável e válido. De fato, ainda não existe consenso a respeito de como medir diferenças de poder político entre indivíduos. Mas o pesquisador da estratificação deve fazê-lo. Isto é essencial, tanto para realizar testes válidos de hipóteses concernentes às causas e efeitos das diferenças de estratificação entre as pessoas, quanto para determinar a estrutura da estratificação de uma sociedade em um ou em diferentes momentos do tempo, ou para comparar as estruturas de estratificação de sociedades distintas, ou ainda para determinar as causas e conseqüências, seja das mudanças da estrutura de estratificação numa mesma sociedade, seja das diferenças dessas estruturas entre sociedades.

Quando o atual programa de pesquisa se iniciou há muitos anos atrás, havia pouco acordo entre os sociólogos tanto sobre os conceitos quanto sobre as medidas de diferenças de estratificação entre as pessoas. Hoje sabemos que as dimensões dos conceitos de Weber de partido, classe e status eram quase as mesmas de estratificação política, econômica e social de Sorokin. Há cinquenta anos atrás isto não era evidente na literatura. A medida de estratificação era também ambígua. Alguns (por exemplo, CHAPIN, 1933; SEWELL, 1940) publicaram escalas de status sócio-econômico. Outros (por exemplo, o National Opinion Research Center, 1947) forneceram escalas de classificação de ocupações. No tempo em que o atual programa começou, sociólogos estavam usando o status ocupacional e a educação como medidas de estratificação (SEWELL, HALLER & STRAUS, 1957; DUNCAN, 1961). De fato, o status ocupacional (o poder de prestígio) permanece o foco central da pesquisa de estratificação até hoje, especialmente nos estudos de mobilidade social (PASTORE & SILVA, 2000), e a educação é também usada como uma

medida de poder informacional. No entanto, as dimensões de maior interesse para os escritores clássicos continuam não sendo utilizadas. Estas, é claro, eram o poder político e o poder econômico.

O PROGRAMA

Como foi dito acima, esse artigo apresenta uma visão geral de um esforço de pesquisa de longo prazo para compreender como o fenômeno da estratificação funciona. O título pode dar a impressão de que o artigo trata somente de um país em particular. Mas, na realidade, o país é relevante porque apresentava-se como uma sociedade na qual se podia tentar compreender o fenômeno. O Brasil foi selecionado como um lugar onde parecia possível descobrir verdades universais sobre a estratificação que, a princípio, mostravam-se menos fáceis de serem abordadas nos Estados Unidos.

O Programa foi iniciado para contribuir à solução de um problema teórico que chamou a atenção durante a pesquisa sobre estratificação nos Estados Unidos. Tal decisão foi crucial para a então emergente área de pesquisa que mais tarde veio a ser chamada *processos de aquisição de status* (*status attainment processes*). Estes são os mecanismos pelos quais uma pessoa chega a ocupar uma posição na estrutura de estratificação ou de poder da sociedade à qual pertence, uma posição em cada dimensão de poder. É claro que a posição da pessoa pode mudar com o passar do tempo, assim, podemos falar de suas trajetórias de poder. O objetivo da pesquisa sobre aquisição de status é desenvolver teoria a respeito destes processos que seja *plausível*, isto é, compatível com a teoria em outros domínios do comportamento, *parcimoniosa*, ou conceitualmente simples, de modo que os pesquisadores possam usá-la para deduzir hipóteses razoáveis, e *empiricamente eficiente* no sentido de que as mensurações apropriadas das variáveis dêem conta, de fato, das variações observadas em cada uma das variáveis de poder. A questão específica que iniciou o Programa foi a inesperada observação de que as estruturas de estratificação mudam enquanto os processos de aquisição de status dos indivíduos estão sendo desempenhados.

Antes de meados dos anos 50, pouca ou nenhuma atenção era dedicada pelos sociólogos às mudanças evolutivas nas estruturas de estratificação. Era como se a estrutura de estratificação de cada sociedade fosse fixa, ao menos

até que uma revolução ocorresse, depois da qual uma nova estrutura fixa substituiria a antiga. Dada a confusão em torno dos conceitos fundamentais de estratificação e dos modos de medir o fenômeno, não era sequer possível imaginar, naquele tempo, em que consistiam as estruturas de estratificação, e muito menos pensar sobre o modo pelo qual elas poderiam mudar e como tais mudanças influenciariam a trajetória das posições de poder dos indivíduos. Em outras palavras, a questão que estava sendo colocada em foco, ainda que vagamente, era: como pensar sistemática e universalmente a respeito das variações das estruturas de estratificação entre as sociedades e dentro delas. A seguinte questão lógica era: como medir tais estados variáveis e, logo, incorporar suas medidas em modelos que se propusessem a explicar como as pessoas, em suas respectivas trajetórias, vinham a se localizar nas estruturas cambiantes de estratificação nas quais exerciam sua conduta de aquisição.

Com o passar do tempo, duas outras questões teóricas, para as quais o Brasil era um lugar apropriado de teste, vieram à tona. Uma era a questão dos fenômenos que constituíam a estratificação. Weber e Sorokin podem tê-la vislumbrado. Mas suas perspectivas não eram compartilhadas por outros. O que é isto a que chamamos estratificação? Como a reconheceríamos quando a víssemos? E conhecendo-a, como reconheceríamos suas variações? Precisariamos de um vocabulário para discuti-la? Uma segunda questão aflorou um pouco mais tarde. Ela tem duas faces. Suponhamos que sabemos em que a estratificação consiste e como determinar seus diferentes estados. O que *causa* a variabilidade das estruturas de estratificação? Quais são as *conseqüências* de diferentes estados das estruturas de estratificação? Essas são as questões básicas que guiam o Programa.

O título também sugere que esta é uma jornada que já dura trinta e cinco anos. De fato, é mais do que isto, já que o surgimento da própria questão remonta aos inícios de 1950 ou mesmo antes, enquanto a escolha do Brasil como o lugar para se investigar o tema remonta-se a meados dos anos 50. Quando a pesquisa sobre processos de alocação de status – como eu a chamaria hoje (HALLER et al., 2000) – estava começando nos anos 50, supôs-se a princípio que a estrutura de estratificação com relação à qual as trajetórias de status se processavam era, ela própria, invariável. Evidências fragmentárias sobre o Brasil colocaram essa suposição em questão. Mas, como vimos, na época ninguém sabia como descrever tais estruturas e suas mudanças. O Brasil

foi selecionado como o local da pesquisa que levaria a compreender o que elas são e como variam.

CONTEXTO PRÉVIO

De fato, o Programa tornou-se uma ramificação de outro programa, iniciado por William H. Sewell em finais de 1940 e princípios de 1950. Foi então que ele começou a pesquisa que mais tarde se tornaria conhecida como *aquisição de status*. Em 1948, ele e Margaret Bright coletaram dados em 431 colégios masculinos de segundo grau no condado de Wisconsin. Em 1955, sob a supervisão de Sewell, eu coletei ali novos dados. Em 1957, realizei, por minha conta, uma série de mensurações em Michigan sobre uma amostra envolvendo rapazes de 17 anos. No mesmo ano, também de maneira independente, a conhecida amostra de Sewell dos estudantes do último ano do segundo grau foi estudada pela primeira vez – cabe lembrar que sua amostra de 1957 continua sendo utilizada. Os resultados do painel inicial de estudos de Wisconsin (1948-1955) foram publicados em 1963 em um trabalho dedicado à amostra de Michigan (HALLER & MILLER, 1971). A amostra de 1965 de Sewell, uma continuação da de 1957, forneceu dados que resultaram na primeira versão do Modelo de Wisconsin de Aquisição de Status (SEWELL, HALLER & PORTES, 1969; SEWELL, HALLER & OHLENDORF, 1970). Um artigo escrito por Portes e por mim foi a primeira exposição das tentativas do Programa de aplicar à aquisição de status o que agora chamo de Teoria Sintética da Estratificação Social (HALLER & PORTES, 1973; HALLER, 2000).

O Programa sobre o Brasil surgiu para determinar os modos como as estruturas de estratificação podem variar no tempo e de um lugar a outro. Identificar as variáveis que descrevem as mudanças estruturais de uma hierarquia de estratificação das sociedades teria conseqüências importantes para os modelos dos processos de aquisição de status, porque significaria que estes processos *micro*-sociológicos estavam ocorrendo dentro de um contexto *macro*-sociológico em transformação. Portanto, as mudanças na estrutura deveriam ser levadas em conta. Em outras palavras, não somente os rapazes diferiam entre si em termos de suas condições iniciais e características de personalidade, mas também a estrutura que eles confrontavam estava variando no tempo. Seria como se jogadores de tênis com diferentes habilidades estivessem

competindo em uma quadra cujos limites estivessem mudando, ao redor de uma rede cuja altura estivesse fluando.

Mas na época ninguém tinha nenhuma concepção viável das variáveis que descreviam as mudanças na estrutura de estratificação. Em suma, a pesquisa realizada no Brasil sobre sua estrutura de estratificação foi iniciada para iluminar um problema teórico a respeito de um tema que então não tinha nome e que mais tarde veio a ser chamado *pesquisa sobre aquisição de status*.

QUESTÕES, PROJETOS E DESCOBERTAS

O quadro que acompanha esse artigo resume a maior parte dos projetos de pesquisa que este Programa abrange (p. 33). Ela fornece os títulos de projetos como os denominaríamos hoje, assim como seus objetivos, localização da pesquisa de campo, principais colaboradores, resultados e publicações-chave. Na tabela, as propostas são classificadas em quatro ênfases, cujas propostas e resultados resumiremos aqui. As ênfases são: I. a natureza da estratificação social; II. a cambiante situação social no Brasil; III. desenvolvimento sócio-econômico e estratificação; IV. transcendendo o Brasil.

ÊNFASE I: PESQUISA SOBRE A NATUREZA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, SUAS VARIAÇÕES TEMPORAIS E INTER-SOCIAIS, E SUA APLICAÇÃO À TEORIA DA ALOCAÇÃO E STATUS

Estes projetos – e outros não mencionados aqui – foram realizados para aprender a forma de pensar sistematicamente a respeito das mudanças estruturais da estrutura de estratificação e tentar medir as variáveis-chave da estratificação, não somente as variáveis *status ocupacional* e *educação*, usadas também pelos pesquisadores norte-americanos, mas também *poder político* e *privilegio econômico*, variáveis que interessaram a teóricos clássicos tais como Lenski (1966) e Sorokin (1927).

A primeira delas (nº. 1 da tabela) foi uma pesquisa empírica feita em 1962 com amostras de chefes de família vivendo em quatro áreas rurais do Rio de Janeiro, onde um grupo liderado pelo professor J. H. Kolb, do Departamento de Sociologia Rural, tinha feito trabalho de campo em 1953. Os chefes de

família das mesmas áreas foram estudados com os mesmos procedimentos. Estudantes universitários fizeram as entrevistas. As comparações dos dados de 1953-1962 parecem mostrar que a *proletarização* tinha ocorrido, mas que não tinha havido mudanças na desigualdade (HALLER, 1967). A segunda mostrou como medir a influência política legítima (poder), renda e propriedade (privilegio econômico), prestígio ocupacional e educação entre a população rural, isolada e em geral analfabeta (HALLER & SARAIVA, 1972). A terceira foi um estudo sobre prestígio ocupacional entre a população rural nordestina empobrecida (HALLER, HOLSINGER & SARAIVA, 1972). Juntamente com alguns dados do projeto nº. 2, ela mostrou que as estruturas de prestígio ocupacional não são necessariamente idênticas de um lugar para outro, nem dentro do mesmo país. A quinta (discutiremos a quarta logo abaixo) foi realizada em cerca de 22.000 pessoas em cargos de gerência e em cargos vinculados à gerência em 700+ fábricas de São Paulo, num projeto administrado por José Pastore. Através dela, tornou-se possível medir algumas variáveis-chave de estratificação em funcionamento dentro de empresas industriais. Elas incluem: influência ocupacional (uma combinação de amplitude de controle com a ativação direta versus ativação indireta da autoridade), remuneração total (uma variável de privilégio), três tipos de variáveis de experiência de trabalho e preparação ocupacional (educação ocupacionalmente específica e uma variável de poder informacional) (PASTORE, HALLER & GOMEZ-BUENDIA, 1975 e 1977; PASTORE, HALLER, QUIRINO & CARTER, 1975).

Em conjunto, os projetos 1, 2, 3 e 5 mostraram que uma descrição completa do padrão de estratificação de uma sociedade requer a distinção entre as dimensões de conteúdo da estratificação (poder político, poder econômico, poder de prestígio e poder informacional) e as dimensões estruturais da estratificação – as quais, quando medidas conjuntamente, especificam a forma exata da estrutura de estratificação que a sociedade exhibe [nível médio da estrutura como um todo – a média de aumento ou queda (também chamada de mobilidade estrutural), grau de desigualdade (absoluta e relativa), fluxo – movimentos de subida e descida dos efeitos de mudanças no nível médio (ou mobilidade circular), cristalização (inter-correlação), estrutura modal e grau de assimetria]. Eles também mostraram que é possível medir a maior parte das dimensões de conteúdo e, portanto, o estado de cada dimensão estrutural. Destas, a mais difícil de tratar tem sido o poder político. Mas aqui também tem havido

progresso: o segundo e o quinto projetos mostraram que medir o poder requer um *mapa* prévio da organização formal da estrutura de autoridade (seja uma nação, uma empresa etc.), localizando os pontos de influência de cada entrevistado – isto é, onde eles aparecem ao longo da ordem hierárquica de autoridade da organização. Mesmo os analfabetos sabem muito bem os níveis específicos do governo onde a pressão deles teve sucesso, e são perfeitamente capazes de relatar isto.

Os projetos 4 e 6 são sínteses teóricas. O nº. 4 lida com mudanças estruturais e explicita os conceitos e os detalhes das dimensões de conteúdo e das dimensões estruturais, assim como a história dos vários conceitos que vêm a constituir esta perspectiva que agora poderíamos chamar de *teoria sintética da estratificação social*. Isto é relatado em duas publicações. O ensaio de 1992 esclarece a posição que foi primeiro apresentada no artigo de 1970 e provê ilustrações empíricas dos dados brasileiros (HALLER, 1970 e 1992). O projeto nº. 6 (que também resultou em dois artigos) aplica as dimensões estruturais e de conteúdo à teoria da alocação de status. Este é o principal objetivo do artigo de 1973 com Portes (HALLER & PORTES, 1973). O ensaio de 1982 é de certo modo mais elaborado (HALLER, 1982a). Ele aplica os conceitos à dimensão de conteúdo de status (níveis) que os indivíduos alcançam, e avança ao aplicá-los a estruturas cognitivas que descrevem orientações psicológicas – as aspirações de status de cada jovem e as indicações de status de cada um dos *outros significativos* (OSs) cujas indicações de status influenciam os níveis de aspiração dos jovens – os *definidores*, que dizem a ele ou a ela (direta ou indiretamente) que níveis de aspiração de cada dimensão de conteúdo são apropriados para ele ou ela, e os *modelos* que ilustram para o jovem os níveis de cada dimensão de conteúdo à qual ele pode aspirar. As variações entre estas estruturas cognitivas – sejam as mantidas pela própria pessoa ou por seus definidores, ou mostrada pelos seus próprios modelos – são espelhos de diversas dimensões de conteúdo social (ou poder). Em outras palavras, ao imaginar seu futuro, cada jovem chega a centrar-se num espectro limitado de cada uma das dimensões de conteúdo – poder político, poder econômico, prestígio ocupacional e poder informacional (educação). São esses status futuros imaginados a que chamamos *aspirações de status*. Aqueles que falam com os jovens a respeito de seu futuro (definidores) e aqueles que os

emulam (modelos) fornecem, cada um, à juventude, informação que constitui suas aspirações de status (poder). A correlação entre essas aspirações e a média das expectativas e ilustrações OSs é extremamente alta. As pessoas jovens adotam e tentam agir com base nessas indicações sem serem necessariamente capazes de articular a amplitude total das hierarquias de status da sociedade ou como elas se posicionam psicologicamente com respeito a elas.

Testar a aplicação da teoria sintética da estratificação social ao conhecimento sobre a alocação de status requereria uma nova onda de pesquisa longitudinal, começando com os jovens que estão na escola e logo continuando pela maneira como encenam suas trajetórias de vida.

ÊNFASE II. ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE NA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA DA NAÇÃO. MUDANÇAS NA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO: DE DOIS TERÇOS RURAL A OITENTA POR CENTO URBANA.

Desde que fui exposto à sociologia quantitativa, por um lado, e à antropologia cultural, por outro, convenci-me de que suas forças são complementares. Os sociólogos são muito bons testando hipóteses, desde que entendam as variáveis que estão usando. Mas, exceto quando estão estudando sua própria sociedade, muitos deles não são tão bons na compreensão das sociedades e culturas nas quais se alicerçam suas variáveis e, portanto, nos significados sociais delas mesmas. Por outro lado, senti que os antropólogos são muito bons na compreensão de sociedades e culturas exóticas, mas que muitos não são tão bons no teste de hipóteses. Juntando o rigor dos sociólogos com a compreensão dos antropólogos, melhoram nossas chances de acertar quando testamos hipóteses sobre dados de outras sociedades que não as nossas próprias. Então parece-me ser uma boa idéia ouvir cuidadosamente os brasileiros comuns de todos os tipos e em todas as contrastantes regiões de seu país. Parecia-me igualmente bom ter-me envolvido em pesquisa no Brasil que ajudasse a compreender a sociedade brasileira, mesmo que isto nem sempre contribuísse diretamente às questões teóricas do Programa.

Não podemos nos esquecer de que mudanças dramáticas na economia

e na política vieram ocorrendo ao longo dos anos do Programa. A transição do rural ao urbano é parte delas: a população, cuja composição era de cerca de dois terços rural, passou a ser de quatro quintos urbana. Esta mudança foi acompanhada por um rápido, embora errático, aumento nos níveis de vida da maior parte da população, por um igualmente acidentado crescimento da industrialização e da produção agrícola que mudou a economia e a vida das pessoas, e por bruscos aumentos e quedas da taxa de inflação. Durante esse período, também, a nação oscilou da acidentada democracia de 1962 ao governo militar de 1964 a 1985 e de volta à democracia. Surpreendentemente, talvez, o Programa foi capaz de funcionar com os colegas brasileiros a maior parte do tempo, exceto apenas durante os anos mais severos de opressão.

A pesquisa de diferentes aspectos do caleidoscópio brasileiro, realizada com a colaboração de nossos colegas do Brasil – muitos deles ex-estudantes de Wisconsin – ajudou-nos a compreender os aspectos teóricos de nossas atividades de investigação neste país. Além disto, a cooperação com sociólogos e investigadores brasileiros qualificados fortaleceu a confiabilidade de nossa pesquisa. Assim, o Programa aproveitou tais oportunidades quando elas surgiram.

Em 1974, José Pastore, Hélcio Saraiva e eu fomos convidados a discutir uma pesquisa de estratificação com sociólogos da principal agência estatística nacional – o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Eu debati com eles sobre as mudanças na estratificação e o que eles queriam dizer com tranquilidade social. Meu argumento era parcialmente durkheimiano e parcialmente marxiano. Sustentei que uma nação pode ter elevações e quedas gerais no bem-estar econômico de sua população, e níveis de desigualdade crescentes ou decrescentes. Uma hipótese durkheimiana manteria que qualquer *mudança dramática* induziria à anomia, talvez chegando ao distúrbio social. Uma hipótese marxiana sustentaria que um *aumento pronunciado na desigualdade* provocaria alienação e distúrbio social. A combinação destas teorias, argumentei, sugere uma hipótese específica para cada combinação das duas perspectivas, sempre que ocorre uma *mudança rápida*. (1) Um *aumento* do bem-estar econômico e nenhuma *mudança ou redução* na desigualdade: uma pequena anomia, mas não suficientemente grande para provocar distúrbio social – todos estariam melhor, mesmo que um pouco confusos pela rapidez da mudança. (2) Um *crescimento* do bem-estar econômico e um *aumento* na

desigualdade: maior anomia, talvez, mas não o bastante para ameaçar a tranquilidade social – todos melhoram, embora os *mais ricos* estejam *muito, muito* melhor. (3) Uma *queda* no bem-estar econômico e na desigualdade: sofre-se, mas com um sentimento de camaradagem – “estamos todos no mesmo barco.” (4) Uma *queda* no bem-estar econômico e um *crescimento* na desigualdade: distúrbio social, talvez tumultos, possivelmente violência em larga escala – isto de fato aconteceu em 1962 sob o regime mais ou menos democrático, quando os *mais ricos* permaneceram mais ou menos seguros, enquanto muitos dos pobres não podiam sequer conseguir alimentos.

Se a discussão no IBGE teve ou não algo a ver com isso, o fato é que nós três tivemos acesso a um extraordinário conjunto de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem – (o PNAD de 1973), dedicada à análise da força de trabalho, com os dados necessários para aprender muito sobre estratificação. Esses dados foram usados nos Projetos 7, 8, 11, 12, 13 e 14 da Ênfase II, assim como no Projeto 4 (acima).

No Projeto 7, muitos de nós checamos as conclusões que outros retiraram dos dados específicos das cidades, sustentando que os pobres das áreas rurais estavam engolfando-se nas cidades, reduzindo dramaticamente a qualidade de vida dos antigos moradores. Contrariamente a isto, descobrimos que os que haviam migrado do campo à cidade tinham renda, ocupação e educação apenas ligeiramente mais baixos do que os residentes urbanos não-migrantes, mas que aqueles vindos do nordeste empobrecido (rural ou urbano) registravam níveis marcadamente mais baixos do que quase todos os outros nessas variáveis. Estes resultados assumem um significado global porque, como um todo, desafiam a crença largamente disseminada de que os migrantes rurais devem ser culpados pela desorganização e violência dos aglomerados urbanos do Terceiro Mundo.

O Projeto 8 consistiu na conhecida análise da mobilidade social feita por Pastore (PASTORE, 1982; PASTORE & HALLER, 1982) que mostrou – ao contrário de praticamente todos os outros autores (que, aliás, não possuíam dados apropriados) – de que o rápido desenvolvimento nacional e as mudanças do rural ao urbano tinham produzido um enorme fluxo de mobilidade social ascendente intergeracional, principal mas não meramente, através de um enorme número de pequenos passos, que iam desde a posição de

trabalhadores rurais não qualificados à de trabalhadores urbanos pouco qualificados.²

Nos Projetos 9 e 10, o grupo de Pastore na Universidade de São Paulo e o de Wisconsin trabalharam juntos para descobrir o que acontecia com a incidência da pobreza absoluta e para ver como as crianças pobres lidavam com a pobreza, o trabalho e a escola. De novo contrariamente à opinião acadêmica – que era a mesma do senso comum dos brasileiros – a incidência da pobreza absoluta tinha caído verticalmente no período do *boom* econômico dos anos 70 (PASTORE, HALLER & ZYLBERSTAJN, 1983). No fim da década, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza absoluta era menor em muitos milhões do que no início da década, apesar do enorme aumento na população do país. Tal opinião acadêmica parece ter arremedado a comum – e infundada – ideologia que sustenta que o desenvolvimento capitalista empobrece o povo. Por outro lado, as situações de vida de crianças e jovens empobrecidos eram bastante difíceis. Nessas famílias, todos os que *podem* trabalham, mesmo as crianças de apenas 8 a 10 anos de idade. Surpreendentemente, esses jovens fazem grandes esforços para ir à escola ou ajudar seus irmãos a irem à escola. (PASTORE, HALLER, ZYLBERSTAJN & PAGOTTO, 1984).

No Projeto 11, os pesquisadores elaboraram uma escala sócio-econômica para todas as 250+ ocupações que apareciam nos dados de 1973, usando os métodos canônicos de pontuação baseados na média da renda ocupacional e na média da educação ocupacional (BILLS, GODFREY & HALLER, 1985). Ela foi denominada “Índice Sócio-econômico das Ocupações Brasileiras” (ISOB).

No Projeto 12, Pastore iniciou uma comparação das taxas de mobilidade social dos chefes de família com base no PNAD de 1973, 1982 e 1988. O Programa ajudou nisto. A conclusão geral foi de que, com o encerramento da migração rural-urbana, as taxas de mobilidade social ascendente declinaram agudamente entre 1973 e 1982 e permaneceram achatadas de 1982 a 1988 (PASTORE & HALLER, 1993).

No Projeto 13, o pessoal do Programa, especialmente Jorge Neves

² O projeto de Pastore está incluído aqui porque o grupo de Wisconsin teve a sorte de ter participado nele.

(1997) e Daniel Fernandes usaram as séries de dados do PNAD de 1973, 1982 e 1988 para testar o mito acadêmico existente (baseado em folclore e em pesquisa incompetente) de que o capital humano não tinha efeito sobre a renda da população rural brasileira. Esta é uma análise detalhada, na qual as principais variáveis independentes – capital humano – são educação e anos de experiência. Ela inclui a modificação decorrente de efeitos dos rendimentos do capital humano devidos à posição em um dado segmento do mercado de trabalho, e controla os efeitos lineares e não lineares de um certo número de outras variáveis pessoais e situacionais. As conclusões básicas, mas de nenhuma maneira as únicas, são de que os agricultores (*farm people*) obtêm aumentos nos rendimentos de cerca de 9% ou 10% para cada ano adicional de educação, e que a experiência também tem um grande impacto sobre a renda. Mais uma vez, chega de mitos acadêmicos.

O 14º e último projeto da Ênfase II é sobre a experiência brasileira do que pode ser chamado Transformação Social Mundial (HALLER, 1996). Nessa transformação, trabalhadores não qualificados estão sendo substituídos por tecnologia científica, tanto na agricultura quanto na indústria; os níveis médio e mais alto da sociedade estão expandindo-se; o poder de consumo está crescendo em praticamente todos os níveis da sociedade; e a desigualdade absoluta de renda – que já era grande – tornou-se ainda maior. Analisando os dados do PNAD sobre os três anos acima mencionados, o Programa concluiu que a transformação social do Brasil pode ter terminado, de fato provavelmente terminou mesmo, a menos que o Brasil possa fazer aumentar o nível de educação de sua população. O que demandarão suas elites? Se elas querem que o Brasil se torne uma *democracia rica e respeitada*, elas promoverão extensa educação, tanto em amplitude quanto em profundidade. Se elas querem deixar que o Brasil siga como uma *nação aristocrática do Terceiro Mundo*, deixarão a educação como está – elas educarão seus próprios filhos, no Brasil e no exterior, e deixarão o resto permanecer praticamente analfabeto. Se elas querem torná-lo uma *nação aristocrática competitiva*, elas desenvolverão dois sistemas educacionais: um para a aristocracia do futuro – uma educação que deverá ser ampla e profunda para seus próprios filhos e para uns poucos que se destaquem das classes mais baixas – e outro sistema educacional que produza trabalhadores eficientes mas estreitamente especializados – trabalhadores que possam obedecer a instruções e processar informação técnica mas que não estejam preparados

para produzir idéias ou comunicar-se eficazmente com outros. Em geral, a Ênfase II fornece informação sobre como o Brasil funciona.

ÊNFASE III. DESENVOLVIMENTO E ESTRATIFICAÇÃO: TESTANDO AS HIPÓTESES DA DESESTRATIFICAÇÃO INDUZIDA PELO DESENVOLVIMENTO

Lenski (1966) e Treiman (1970), de maneiras distintas, sustentaram que, no mundo moderno, o desenvolvimento nacional tende a desestratificar a sociedade. O Programa tentou usar as marcantes desigualdades do desenvolvimento regional do Brasil, às vezes combinadas com o desenvolvimento temporal, para testar estas hipóteses. Presumivelmente, amplos hiatos de poder e privilégio tendem a induzir à violência individual e à inquietude social. Por outro lado, se todos estão em boa situação e a distância é pequena, isto pode contribuir para uma maior tranquilidade social.

O Projeto 15, com base nos dados do censo de 1970, desenvolveu um método para medir os níveis de desenvolvimento sócio-econômico (NDS) das populações de 360 micro-regiões continentais do Brasil (HALLER, 1982b e 1983). O mapeamento dos valores dos NDS de cada uma das 360 micro-regiões mostrou que o país tem cinco macro-regiões NDS. Devido a que seus limites não coincidem com as fronteiras estaduais, as quais definem as Grande Regiões oficiais do país, elas não eram anteriormente reconhecidas na literatura. Comparamos as macro-regiões NDS para testar as hipóteses concernentes aos efeitos do desenvolvimento sobre a estrutura da estratificação, e algumas vezes atribuímos escores micro-regionais NDS a seus moradores para testar outros tipos de hipóteses.

O Projeto 16 testou o efeito que a qualidade do mercado de trabalho onde cada um se insere tem sobre sua renda (HALLER & PASTORE, 1983). Três variáveis de segmentos de mercado de trabalho foram usadas; descobriu-se que cada um tinha seu próprio efeito independente sobre a renda, tanto para homens como para mulheres. Mas o mais interessante foram as descobertas não previstas: (1) de que o efeito da educação era muito maior do que previamente era suposto, especialmente pelos pesquisadores brasileiros; e (2) de que, o fato de uma pessoa ser um capitalista (proprietário - empregador),

sua renda dobrava ou triplicava relativamente à dos trabalhadores equivalentes.

O Projeto 17 foi um teste das hipóteses de que o desenvolvimento reduz o efeito do status de origem sobre o próprio status ocupacional do indivíduo e aumenta o efeito sobre sua educação. Os resultados foram ambíguos, não fornecendo apoio consistente para a hipótese (BILLS & HALLER, 1984).

O Projeto 18 considerou os efeitos separados e combinados do conceito marxiano de classe (tanto a do entrevistado quanto a de seu pai), e os status ocupacional e educacional (novamente o do pai e o do entrevistado) e os rendimentos (BILLS, HALLER, KELLEY, OLSON & PASTORE, 1985). Os efeitos combinados das variáveis antecedentes sobre a renda são substanciais. A classe marxiana opera em geral independentemente de outros antecedentes. Os efeitos dos anos de educação e das unidades de status ocupacional sobre a renda são crescentes, enquanto, independentemente desses dois regressores, o efeito de ser proprietário-empregador (capitalista) tende a dobrar ou triplicar a renda líquida da pessoa, mais do que qualquer outra variável.

O Projeto 19 fixou-se no status adscrito (gênero e status de origem), tanto no tempo (1973 e 1982) como através de regiões (HALLER & SARAIVA, 1991). Os resultados foram mistos. Descobriu-se que a adscrição de gênero teve um impacto forte sobre a renda (mais altas para homens), um impacto misto sobre o status ocupacional (mulheres no meio, homens nas duas extremidades) e inverso sobre a educação (as mulheres nos níveis mais altos). Aparentemente em contradição com a idéia mais difundida, quanto *mais alto* o nível de desenvolvimento temporal e regional, *maior* aparenta ser o impacto do status do pai sobre o do entrevistado. Talvez surpreendentemente, descobriu-se que o status das mulheres estava altamente relacionado com o de seus pais, mais do que o dos homens. E quanto maior o nível de desenvolvimento, maior a tendência a que o status de origem seja transmitido por meio da educação. De maneira geral, os resultados sugerem que o Brasil, durante o *boom* da década de 1970, pode ter experimentado um grau de estratificação crescente, o oposto do que geralmente se acredita. Isto requer um exame mais detalhado.

O Projeto 20 foi uma investigação da relação existente entre renda e educação com uma ênfase especial no suposto efeito do nível de desenvolvimento (HALLER & SARAIVA, 1992). Em geral, cada ano adicional de educação completa acrescenta entre 12% e 16% à renda do indivíduo. Mas esta curva

não é linear: cada ano de escolaridade induz seu próprio incremento, mas ultrapassar um ponto de transição (4a. série, 8a. série, 3º ano do segundo grau) acrescenta mais do que os outros e, na média, quanto mais alto o nível de educação, maior o incremento da renda a cada ano adicional. Finalmente, o nível de desenvolvimento da macro-região não teve efeito identificável sobre a relação entre educação e renda. Especulamos que a demanda por educação segue, *grosso modo*, o ritmo do nível de desenvolvimento – quando o desenvolvimento aumenta, o mesmo ocorre com a demanda por educação.

O Projeto 21 é um teste da hipótese mais amplamente sustentada de que em regiões de fronteira, tais como a Amazônia, os investimentos em larga escala reduzem os níveis de desenvolvimento da população. Uma medida NDS foi desenvolvida para a Amazônia e testada para 1970 e 1980, a primeira década de fortes investimentos na região. O instrumento foi usado para medir os níveis médios NDS da população de 320+ municípios da Amazônia (fronteiras de 1970). Os resultados mostraram exatamente o oposto da hipótese: em 99% dos municípios, o NDS aumentou; foi o mais alto e subiu mais naqueles municípios que já acusavam os mais altos NDS em 1970 (HALLER, TORRECILHA, HALLER & TOURINHO, 1996).

A conclusão geral da pesquisa da Ênfase III é de que não existe evidência plausível de que o desenvolvimento está desestratificando o Brasil, e existe alguma evidência de que pode estar ainda aumentando o grau de estratificação. É importante tratar essa questão devido a que se acredita que o desenvolvimento (e os avanços tecnológicos que presumivelmente o geram) induz à desestratificação. O melhor seria fazer isto com dados comparáveis entre países. Mas isto não tem sido possível por enquanto, em parte porque os dados disponíveis frequentemente não são comparáveis entre países, mas principalmente porque poucos países pobres possuem os dados necessários para fazer os testes. É por isto que o caso brasileiro, com suas regiões fortemente desiguais, forneceu uma base para o teste de hipóteses – usando regiões como substituto para países. Admitindo que as fronteiras entre regiões são mais permeáveis do que as nacionais, e os testes internacionais melhores – mesmo assim, se o desenvolvimento realmente tendesse a desestratificar, esse resultado deveria ter sido visto nos testes realizados no Brasil. Não foi assim. Portanto,

até que testes ainda melhores sejam feitos, a conclusão mais segura é que ainda não existem evidências plausíveis de que o desenvolvimento desestratifica a sociedade. Mas isto não esgota a questão, como será sugerido nos próximos parágrafos.

ÊNFASE IV. ESTENDENDO-SE ALÉM DO BRASIL

Nesta seção, discutiremos dois artigos recentes. O Projeto 22 (SHARDA, MILLER & HALLER, 1998) é uma análise fatorial das mensurações mais defensáveis do *Desenvolvimento Nacional (DN)*. Ele mostra que o DN consiste em duas dimensões, não uma como se supunha anteriormente. Uma delas, o *desenvolvimento doméstico (DD)* é bem conhecida. Ela classifica os países de acordo com seus níveis de PNB/per capita, a longevidade de sua população etc. A outra é mais ou menos conhecida, mas comumente confundida com o DD, trata-se da *autoridade internacional (AI)* – poder, aplicada à população total e ao sistema centro/periferia como visto por Wallerstein e outros. As duas praticamente não se correlacionam. O Projeto 23 (HALLER, SHARDA & MILLER, 1997) é um exercício especulativo no qual as hipóteses em torno da relação entre o grau de estratificação e cada uma das duas dimensões do desenvolvimento nacional DD e AI, são explicitadas. Do mesmo modo que Lenski e Treiman, argumenta-se que, no geral, quanto mais alto o nível de DD, maior a tendência à desestratificação. Mas, diferentemente de qualquer teoria de estratificação conhecida, a outra argumenta que, geralmente, quanto mais alto o nível de AI, maior a tendência ao aumento nos graus de estratificação. Estas hipóteses somente podem ser testadas quando nações pobres possam fornecer dados apropriados.

CONCLUSÃO

O Brasil tem servido ao Programa como lugar de teste para saber como a estrutura de estratificação social funciona. Ele iniciou-se para descobrir como pensar sistematicamente um problema específico confrontado na área de pesquisa que mais tarde veio a ser conhecida como aquisição de status. En

finais dos anos 50, pesquisadores da University of Wisconsin, do Departamento de Sociologia Rural, já tinham desenvolvido uma compreensão rudimentar dos mecanismos que faziam com que os jovens fossem lançados em trajetórias que os posicionavam em hierarquias de estratificação – essa pessoa mais alta, aquela mais baixa etc. – embora o ponto de referência, a publicação seminal e muito citada sobre o processo, só aparecesse anos mais tarde (SEWELL, HALLER & PORTES, 1969, sobre jovens da zona rural de Wisconsin).

O próprio programa começou a consolidar-se quase imediatamente com o intuito de abordar uma questão fundamental. As estruturas de estratificação são hierarquias ao longo das quais as pessoas são distribuídas. Durante todo o tempo, os pesquisadores supuseram que tais estruturas eram entidades fixas. Ainda vagos mas sugestivos vislumbres da mutante estrutura de estratificação do Brasil sugeriam que o pressuposto da estrutura fixa não era válido. Então, a teoria de aquisição de status (ainda sem nome) teria que levar em conta tais mudanças. Mas naquele momento ninguém sabia como concebê-las ou como incluí-las na teoria de aquisição de status, e muito menos como medi-las. Esta foi a questão que o Programa inicialmente se propôs a resolver. Mas ele se expandiu e foi-se desdobrando à medida que se investigavam questões mais específicas: em que consistem tais estruturas, como medi-las, como medir suas variações, o que tais variações implicam, não somente para a compreensão do processo de aquisição de status mas também (mais tarde) para o distúrbio ou para a paz social, e o que causa variações em tais estruturas.

Descobrimos o que são as estruturas de estratificação e como variam. Pensamos que apremos como essas variações se aplicam ao processo de alocação de status (HALLER, 1982a; HALLER, FINK & JANUSKI, 2000). Mas todo um conjunto confiável de testes ainda precisa ser elaborado. Espero que alguém os teste em uma futura pesquisa. Descobrimos que, uma vez compreendida a natureza e a variabilidade da estratificação, os próximos programas devem descobrir as causas, e então as conseqüências, das variações que as estruturas de estratificação do mundo real exibem, seja entre sociedades ou no interior de uma sociedade através do tempo. O Programa e seus colaboradores também identificaram a estrutura dual das diferenças de desenvolvimento entre países, DD e AI, e exploraram as possíveis conseqüências de cada uma para o grau de estratificação interno.

Deixamos pendente a questão das *conseqüências* da estratificação

e suas mudanças. Obviamente, centenas de estudos têm mostrado os *efeitos* das *posições* de estratificação. Teriam elas melhorado se tivesse sido possível levar em conta as quatro dimensões de poder e o grau geral de estratificação? Isto parece mais ou menos certo. Mas não o saberemos até que tais pesquisas sejam efetivadas em sociedades com diferentes graus de estratificação. Sobre as conseqüências das variações no grau de estratificação, especulamos que, sob certas condições de desenvolvimento, seria de se esperar que maiores graus de estratificação ameacem a paz social. É claro que muitos outros cogitaram noções mais ou menos similares, mas sem a precisão que os conceitos sistemáticos de estratificação fornecem. Penso que as presentes visões sobre a estrutura de estratificação e os modos de medir variáveis oferecem uma estratégia através da qual fazer pesquisa empírica séria sobre a questão, uma vez que as nações mais pobres obtenham e liberem os dados requeridos para tanto. Enquanto isto, o próprio Brasil – com sua alta taxa de mudança e grandes diferenças regionais, e com séries de dados pertinentes – poderia constituir-se em um estudo de caso das causas e conseqüências da estratificação.

Para o Brasil, o Programa parece ter produzido algumas reviravoltas úteis. Por um lado, a análise do NDS foi usada para direcionar certos esforços de desenvolvimento regional específico. Por outro, a descoberta de que a educação tem um grande impacto sobre a renda tem aberto seu caminho indiretamente na imprensa popular. Mais ainda, as análises da mobilidade social mudaram completamente a opinião acadêmica sobre esse tópico. E por último, a análise do desenvolvimento da Amazônia 1970-1980 mostra como é falso o mito que sustenta que o investimento na região diminuiu o desenvolvimento sócio-econômico da população.

Muito tem-se aprendido sobre a estratificação em geral e sobre os processos de alocação de status e de mobilidade social em particular. Acredito que agora temos à mão conceitos para melhorar o que já tem sido demonstrado empiricamente pelos pesquisadores da estratificação, especialmente quando os dados das nações mais pobres tornem-se disponíveis. Hoje, raça e gênero dominam a pesquisa sobre estratificação, especialmente nos Estados Unidos (sobre o Brasil ver FERNANDES, 1999). Tal pesquisa é politicamente importante na medida em que mostra como certas categorias sociais das populações possuem vantagens e desvantagens, afetando então o sentimento de justiça social da nação. Mas as situações de estratificação de categorias

sociais tais como raça e gênero não são parte de uma teoria fundamental da estratificação. A luz que guia as aplicações da teoria da estratificação será sempre a própria teoria. Espera-se que os pesquisadores de estratificação continuem a testar e a desenvolver a teoria.

Existe muito a ser feito na pesquisa sobre estratificação. Um programa de pesquisa empírica em grande escala sobre a estrutura da estratificação, as causas de suas variações, e as conseqüências de seus vários graus e taxas de mudança pode acrescentar muito para esclarecer algumas das principais fontes de conflito em nosso mundo e bem possivelmente muitas outras questões práticas que estão ligadas às estruturas de estratificação das nações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BILLS, David B. e HALLER, Archibald O. Socioeconomic Development and Social Stratification: Reassessing the Brazilian Case. In: *Journal of Developing Areas* 19 (oct.):59-69, 1984.
- BILLS, David B., GODFREY, Daramea S. e HALLER, Archibald O. A Scale to Measure the Socioeconomic Status of Occupations in Brazil. In: *Rural Sociology* 50 (Summer):225-250, 1985.
- BILLS, David B., HALLER, Archibald O., KELLEY, Jonathan et al. Class, Class Origins, Regional Socioeconomic Development and the Status Attainment of Brazilian Men. pp. 89-127. In: Robert V. Robinson (ed.), In: *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 4. Greenwich, Connecticut: JAI Press, 1985.
- CHAPIN, F. Stuart. *The Measurement of Social Status*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1933.
- DUNCAN, Otis Dudley. A Socioeconomic Index for All Occupations. pp. 109-138 In: A. J. Reiss, Jr. et al. (eds.). In: *Occupations and Social Status*. New York: Free Press, 1961.
- FERNANDES, Danielle C. *Educational Stratification, Race, and Socioeconomic Development in Brazil*. Tese de doutorado. University of Wisconsin, Madison, 1999.
- HALLER, Archibald O. A Socioeconomic Regionalization of Brazil. In:

1. *Geographical Review* 72(Oct.):450-464, 1982b.
- HALLER, Archibald O. Changes in the Structure of Status Systems. In: *Rural Sociology* 35(Dec.):469-487, 1970.
- HALLER, Archibald O. Reflections on the Social Psychology of Status Attainment. pp. 3-28 In: R.M. HAUSER, D., MECHANIC, A. O. HALLER, and T.S. Hauser, eds. In: *Social Structure and Behavior: Essays in Honor of William Hamilton Sewell*. New York: Academic Press, 1982a.
- HALLER, Archibald O. Societal Stratification. pp. 1984-1994. In: BORGATTA, Edgar A. e BORGATTA, Marie. *Encyclopedia of Sociology*. New York: MacMillan, 1992. Também In: *Foreign Sociology* 56 (1992). Beijing: Chinese Academy of Social Sciences. (tradução Wei Luying.)
- HALLER, Archibald O. Urban Economic Growth and Changes in Rural Stratification: Rio de Janeiro, 1953-1962. In: *America Latina* 10(Oct.-Dec.):48-67, 1967.
- HALLER, Archibald O. What's Happening to the Social Transformation of Brazil? In: *Report to the Presidency of Brazil (GAP Program)*. Rio de Janeiro: 08 March, 1996, 53 pp.
- HALLER, Archibald O. Societal Stratification. pp. xxx In: BORGATTA, Edgar A. e MONTGOMERY, Rhonda J. V. *Encyclopedia of Sociology, Revised Edition*. New York: MacMillan (no prelo).
- HALLER, Archibald O. e MILLER, Irwin W. *The Occupational Aspiration Scale*. 2a. ed. Cambridge, Massachusetts: Schenkman, 1971. (ver HALLER and MILLER, 1963.)
- HALLER, Archibald O. e PASTORE, José. Labor Market Segmentation, Sex, and Income in Brazil. pp. 183-196. In: GAUDART, Dorothea (ed.). *Industrial Relations in the Unorganized Sector*. Tokyo: Japan Institute of Labor, 1983.
- HALLER, Archibald O. e SARAIVA, Hélcio U. Ascription and Status Transmission in Brazil. Pp. 63-93. In: James G. SCOVILLE, (ed.). In: *Status Influences in Third World Labor Markets: Caste, Gender and Custom*. Berlin: Walter deGruyter, Inc., 1991
- HALLER, Archibald O. e SARAIVA, Hélcio U. Status Measurement and the Variable Discrimination Hypothesis in an Isolated Brazilian Region. In: *Rural Sociology* 37(Sep.):325-351, 1972.

- HALLER, Archibald O. e SARAIVA, Hécio U. The Income Effects of Education in a Developing Country. In: *Research in Social Stratification and Mobility* 11:295-336, 1992.
- HALLER, Archibald O. PORTES, Alejandro. Status Attainment Processes. In: *Sociology of Education* 46(Winter):51-91, 1973.
- HALLER, Archibald O., FINK, Edward L. e JANUSKI, Laura. The Social Psychology of Status Allocation. pp. xxx In: BORGATTA, Edgar A. e MONTGOMERY, Rhonda J. V. *Encyclopedia of Sociology, Revised Edition*. New York: MacMillan (no prelo) 2000.
- HALLER, Archibald O., HOLSINGER, Donald B. e SARAIVA, Hécio U. Variations in Occupational Prestige Hierarchies: Brazilian Data. In: *American Journal of Sociology* 77(Mar.):941-956, 1972.
- HALLER, Archibald O., SHARDA, Bam Dev e MILLER, George A. New Light on National Development: A Challenge for Stratification Theory. Quebec City: International Sociological Association, RC-28 Research Committee on Social Stratification (14/08/97), 1997.
- HALLER, Archibald O., TORRECILHA, Ramon, HALLER, Maria Cristina Del Peloso e TOURINHO, Manoel M. The Socioeconomic Development Levels of the People of Amazonian Brazil – 1970 and 1980. In: *Journal of Developing Areas* 30(April):293-316, 1996. Traduzido e ampliado para publicação Níveis de Desenvolvimento Socioeconômico da População da Amazônia Brasileira-1970 e 1980. In: *Manguinhos – História, Ciência e Saúde*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2000.
- HALLER, Archibald O. *The Socioeconomic Macregions of Brazil – 1970*. Lanham, Md.: Bernam-Unipub, 1983. (Também UNCRD Working Paper n. 83-2. Nagoya, Japan: United Nations Centre for Regional Development.)
- LENSKI, Gerhard E. *Power and Privilege: A Theory of Social Stratification*. New York: McGraw-Hill, 1966.
- NATIONAL OPINION RESEARCH CENTER. Jobs and Occupations: A Popular Evaluation. In: *Opinion News* 9:13, 1947.
- NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. *Human Capital, Social Classes, and the Earnings Determination Process in Brazilian Agriculture: 1973, 1982 and 1988*. Tese de doutorado. University of Wisconsin, Madison, 1997.
- PASTORE, José e HALLER, Archibald O. O que está acontecendo com a

- mobilidade social no Brasil? pp. 25-49. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (eds.), *Pobreza e Mobilidade Social*, São Paulo: Nobel, 1993.
- PASTORE, José e HALLER, Archibald O. Social Mobility Under Labor Market Segmentation in Brazil. pp. 113-140 In: HAUSER, R. M., MECHANIC, D., HALLER, A. O. e HAUSER, T. S. (eds.), In: *Social Structure and Behavior: Essays in Honor of William Hamilton Sewell*. New York: Academic Press, 1982.
- PASTORE, José e SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.
- PASTORE, José, HALLER, Archibald O. e GOMEZ-BUENDIA, Hernando. Training, Position, and Experience in the Wage Rates of Specialized Personnel in São Paulo's Manufacturing Firms. pp. 158-169. In: Subbaiah Kannappan, (ed.). *Studies of Urban Labour Market Behaviour in Developing Areas*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1977.
- PASTORE, José, HALLER, Archibald O. e GOMEZ-BUENDIA, Hernando. Wage Differentials in São Paulo's Labor Force. In: *Industrial Relations* 14(Oct.):345-357, 1975.
- PASTORE, José, HALLER, Archibald O., QUIRINO, Tarcizio R. e CARTER, Michael. Occupational Wage Differentials Among University Educated Technical Personnel in a Developing Economy. In: *Journal of Vocational Behavior* 7:113-126, 1975.
- PASTORE, José, HALLER, Archibald O., ZYLBERSTAJN, Hélio e PAGOTTO, Carmen Sílvia. *Young Brazilian Workers in Poor Families*. English version. A report to the Inter-American Foundation. Department of Rural Sociology, University of Wisconsin-Madison (31 March), 1984. também em Português (30 nov.).
- PASTORE, José. *Inequality and Social Mobility in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press, 1982. em Português: *Desigualdade e Mobilidade Social No Brasil*. São Paulo: T. A. Queros.
- SEWELL, William H. *The Construction and Standardization of a Scale to Measure the Socio-economic Status of Oklahoma Farm Families*. Stillwater: Oklahoma A and M College, 1940.
- SEWELL, William H., HALLER, Archibald O. e PORTES, Alejandro. The

- Educational and Occupational Attainment Process. In: *American Sociological Review* 34 (Feb.): 82-92, 1969.
- SEWELL, William H., HALLER, Archibald O. e OHLENDORF, George W. The Educational and Early Occupational Attainment Process: Replications and Revisions. In: *American Sociological Review* 35 (Dec.): 1014-1027, 1970.
- SEWELL, William H., HALLER, Archibald O. e STRAUS, Murray A. Social Status and Educational Occupational Aspirations. In: *American Sociological Review* 22(Feb.):67-73, 1957. Republicado In: ROSEN, B. C., CROCKETT, H. J. e NUNN, C. Z., *Achievement in American Society*. Cambridge, Mass.: Schenkman Publishing Co., Inc., 1969, pp. 183-192. Republicado In: The Bobbs-Merrill Reprint Series In: *Social Sciences*, S-258, 1962. Republicado In: ROTH, R. M., HENDERSON, D.B. e HILLIARD, T. (eds.), *The Psychology of Vocational Development: Reading in Theory and Research*. Boston: Allyn and Bacon, 1970.
- SHARDA, Bam Dev, MILLER, George A e HALLER, Archibald O. Concepts and Indicators of Development: An Empirical Analysis. In: *Journal of Developing Societies* 14(April):82-99. 1998
- SOROKIN, Pitrim A. *Social Mobility*. New York: Harper and Row, 1927
- SVALASTOGA, Kaare. *Social Differentiation*. New York: David McKay, 1966.
- TREIMAN, Donald J. Industrialization and Social Stratification. pp. 207-234 In: LAUMANN, Edward D. (ed.), *Social Stratification: Research and Theory for the 1970's*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.
- WEBER, Max. Class, Status, and Party. In: GERTH, Hans e MILLS, C. Wright (eds.). *From Max Weber*. New York: Oxford University Press, 1946.

QUADRO DE PROJETOS

PROJETOS				
Ênfase: Pesquisa sobre a natureza da estratificação social e suas variáveis				
Período	Título do projeto	Objetivo	Local	Principais colaboradores (posição mais recente)
1: 1967-1968	Mudanças na estrutura da estratificação rural (1953-1962)	Aprender a pensar sistematicamente a respeito das mudanças evolutivas na estrutura da estratificação.	Zona rural do Rio de Janeiro.	João Bosco Pinto (*), professor Universidade Federal de Pernambuco J. H. Kolb (*), University of Wisconsin
2: 1967-1968	Medidas de status em uma região remota no Brasil Central - 1967-68	Verificar meios de medir dimensões de conteúdo de estratificação. Dimensões padrão: status ocupacional (prestígio) e educação (status informacional); e dimensões clássicas: influência política legítima (poder) e renda anual total (privilegio)	Açucena, Minas Gerais	Hélcio Ulhôa Saraiva (*), diretor executivo da VITAE, fundação em São Paulo
3: 1968	Status ocupacional numa área nordestina rural abalada pela repressão.	Descobrir se dados sociológicos de survey, válidos e confiáveis, podem ser obtidos de populações isoladas, analfabetas e em extrema pobreza, e testar a hipótese universalidade de uma hierarquia de prestígio ocupacional.	Bezerros, Pernambuco	Donald B. Holsinger, Banco Mundial Sílvio Maranhão (*), Universidade Federal de Pernambuco
4: 1970 (também em 1992)	Sumário teórico: A natureza da estratificação social e suas mudanças.	Juntar os resultados de projetos anteriores tanto com o padrão americano (Treiman, Duncan, Sewell, Haller e Portes) quanto com o clássico (Lenski, Sorokin, Weber, Marx) concepções de estratificação, sua estrutura e suas mudanças. Resultado: uma visão sintética da estratificação social.	—	—
5: 1970-1972	Autoridade e remuneração relacionados ao capital humano entre gerentes de indústrias (720 fábricas, 22.000 pessoal administrativo)	Testar o padrão causal da qualificação ocupacional e três variáveis de experiência, autoridade no interior da empresa (uma variável de poder) e remuneração (uma variável de riqueza).	São Paulo	José Pastore, Universidade de São Paulo. Tarcizio R. Quirino, EMPRAPA, Campinas, São Paulo
6: 1973 (também em 1982)	Sumário teórico: a relevância das descobertas brasileiras sobre as mudanças na estrutura da estratificação para a teoria da alocação de status.	Mostrar como se esperaria que variassem os padrões dos processos de alocação de status em relação às variações estruturais da estratificação e indicar a necessidade de integrar as variáveis dependentes, poder e privilégio, à pesquisa de alocação de status.	—	Alejandro Portes, Princeton University

PROJETOS	
Temáticas inter-sociais: suas aplicações à teoria da alocação de status	
Descobertas	Publicações (lista parcial)
Hipóteses marxistas sugerem a proletarianização e a crescente desigualdade absoluta. Neo-marxistas sugerem desigualdade absoluta ou relativa. Resultado: a proletarianização ocorreu sem mudanças em qualquer tipo de desigualdade	1967. Urban Economic Growth and Changes in Rural Stratification: Rio de Janeiro, 1953-1966, In: <i>America Latina</i> 33(June):153-159.
Variáveis destinadas a medir cada dimensão de conteúdo exibem um alto grau de confiabilidade e validade, demonstrando que mesmo as dimensões de conteúdo mais difíceis de tratar (poder político pessoal e riqueza individual) são mensuráveis, mesmo entre populações socialmente isoladas.	1972. (com H. U. Saraiva). Status Measurement and the Variable Discrimination Hypothesis in an Isolated Brazilian Region, In: <i>Rural Sociology</i> 37(Sept.):325-351.
Hierarquias ocupacionais variam entre grupos sócio-culturais; quanto mais isolados estejam das sociedades desenvolvidas (como os Estados Unidos), maior a discrepância.	1972. (com H. U. Saraiva e D. B. Holsinger). Variations in Occupational Prestige Hierarchies: Brazilian Data, In: <i>American Journal of Sociology</i> 77(Mar.):947-956.
A estratificação hierárquica compõe-se de dimensões de conteúdo (poder, privilégio, prestígio e nível de informação) e dimensões estruturais (nível, grau de desigualdade, fluxo, cristalização, estrutura modal e assimetria). Pesquisa sobre mudanças na estrutura de estratificação requerem instrumentos para medir cada dimensão estrutural de cada dimensão de conteúdo.	1970. Changes in the Structure of Status Systems, In: <i>Rural Sociology</i> 35:469-487. 1992. Societal Stratification, p. 1984-1994, In: E. A. e M. Borgatta, (eds.), <i>Encyclopedia of Sociology</i> . New York: MacMillan.
Diferenças individuais de autoridade ocupacional são em grande medida determinadas pelo capital humano e junto com o capital humano têm amplos efeitos sobre a remuneração total.	1975. (com J. Pastore e H. Gomez B.). Wage Differentials in São Paulo's Labor Force, In: <i>Industrial Relations</i> 14(Oct.): 345-357. 1975. (com J. Pastore, T. R. Quirino, e M. Carter). Occupational Wage Differentials Among University Educated Technical Personnel in a Developing Economy, In: <i>Journal of Vocational Behavior</i> 7:113-126. 1977. (com J. Pastore e H. Gomez B.). Training, Position, and Experience in the Wage Rates of Specialized Personnel in São Paulo's Manufacturing Firms, p. 158-169, In: S. Kannappan, <i>Studies of Urban Labor Market Behavior in Developing Areas</i> . Geneva: International Institute for Labour Studies.
A teoria da alocação de status é generalizada a partir da experiência americana, de forma que seja aplicável a todas as sociedades e aos status cambiantes de suas estruturas de estratificação. O pressuposto é que a teoria geral de alocação de status deve não apenas ser aplicável em toda parte mas também incorporar as mudanças das dimensões da estratificação. Juntas, tais considerações implicam que poder e privilégio devem ser incluídas, e que os processos variarão — especialmente devido ao grau de desigualdade e de cristalização da estrutura na qual as pessoas estão adquirindo e ajustando seus status.	1973. (com Alejandro Portes). Status Attainment Processes, In: <i>Sociology of Education</i> 46 (Winter):51-91. 1982. Reflections on the Social Psychology of Status Attainment, p. 3-28, In: R. M. Hauser et al., <i>Social Structure and Behavior: Essays in Honor of William Hamilton Sewell</i> . New York: Academic Press.

Período	Título do projeto	Objetivo	Local	Principais colaboradores (posição mais recente)	Descobertas	Publicações (lista parcial)
Ênfase II: Estratificação e mobilidade na transformação econômica da nação						
7: 1973	Mudanças de status na população rural-urbana e na distribuição inter-regional da população	Avaliar o impacto da combinação da migração inter-regional, rural e urbana sobre os níveis sócio-econômicos de migrantes e não-migrantes.	Todo o Brasil	Manoel M. Tourinho, professor, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará David B. Bills, professor, University of Iowa José Pastore, Universidade de São Paulo	Migrantes urbanos vindos de áreas rurais tinham mais ou menos os mesmos níveis sócio-econômicos que antigos moradores urbanos. Mas os nordestinos tinham níveis baixos em qualquer lugar onde estivessem.	1981. (com M. M. Tourinho, D. B. Bills, e José Pastore). Migration and Socioeconomic Status in Brazil: Interregional and Rural-Urban Variations in Education, Occupational Status, and Income, In: <i>Luso-Brazilian Review</i> 18(Summer):117-138. = =
8: 1973	Mobilidade intergeracional de status social	Determinar o padrão da mudança de status de pai para filho no contexto da transição da economia rural à urbana.	Todo o Brasil = = = =	José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (este é 90% do trabalho de Pastore)	Como em 1973, a grande maioria dos chefes de família do sexo masculino tinham subido seus níveis de status acima do status paterno. Muito disso deveu-se à forte queda na proporção da força de trabalho engajada em atividades rurais sem especialização e um correspondente aumento na proporção de ocupações urbanas não especializadas. Mas a mobilidade ascendente esteve presente em todos os estratos. O ápice expandiu-se em 50%.	1982. José Pastore. <i>Inequality and Social Mobility in Brazil</i> . Madison: University of Wisconsin Press. 1982. (com J. Pastore). Social Mobility Under Labor Market Legislation in Brazil, p. 113-140, In: R. M. Hauser et al., <i>Social Structure and Behavior: Essays in Honor of William Hamilton Sewell</i> . New York: Academic Press.
9: 1970, 1980	Extrema pobreza: 1970 e 1980	Avaliar o impacto do "milagre brasileiro" sobre a taxa de pobreza.	Todo o Brasil - -	José Pastore e Hélio Zylberstajn, professores da Universidade de São Paulo	Nos anos de rápido crescimento econômico, a incidência e o número absoluto de membros de famílias em extrema pobreza (i.e. ameaça de vida) caiu dramaticamente.	1983. (com J. Pastore e H. Zylberstajn). <i>The Decline in the Incidence of Extreme Poverty in Brazil: 1970-1980</i> . Madison: Department of Rural Sociology.
10: 1970, 1979 ?	Trabalho infantil e escolaridade	Obter uma visão estatística da incidência e formas de trabalho infantil em 1970 e (por meio de entrevistas) as visões que crianças e jovens empobrecidos tinham de seu trabalho e situações escolares	1970 - Todo o Brasil 1979 - São Paulo e Salvador	José Pastore e Hélio Zylberstajn, professores da Universidade de São Paulo, Carmen S. Pagotto, assistente de pesquisa, Universidade de São Paulo.	A despeito da lei, as crianças podem tornar-se trabalhadores em tempo integral desde os oito anos de idade. Algumas fazem heróicos esforços para permanecerem na escola. Aos 10 anos, uma grande proporção de meninos e jovens já são empregados remunerados. As meninas conseguem alguns empregos.	1984. (com J. Pastore, H. Zylberstajn, e C. S. Pagotto). <i>Young Brazilian Workers in Poor Families</i> . Madison: Department of Rural Sociology.
11: 1973	Escala de status ocupacional	Formular um instrumento objetivo através do qual medir o status econômico ocupacional de pessoas empregadas.	Todo o Brasil	David B. Bills, Professor, University of Iowa; Darama S. Godfrey, assistente de pesquisa	Esta análise produziu um sistema de pontuação de status ocupacional.	1985. (com D. B. Bills e D. S. Godfrey). A Scale to Measure the Socioeconomic Status of Occupations in Brazil, In: <i>Rural Sociology</i> 50(Summer):235-250.
12: 1973, 1982, 1988	Mudanças nos padrões de mobilidade social	Determinar as mudanças na mobilidade do status ocupacional de pai a filho entre 1973 (no início do milagre), 1982 (no final do milagre), e 1988 (na recessão).	Todo o Brasil	José Pastore, Professor, Universidade de São Paulo	A incidência da mobilidade ascendente declinou, assim como a incidência da imobilidade. A mobilidade descendente aumentou.	1993. (With J. Pastore). O Que Está Acontecendo Com Mobilidade Social No Brasil, p. 25-49, In: J.P.R. Velloso e R. C. Albuquerque, <i>Pobreza e Mobilidade Social No Brasil</i> . São Paul: Nobel.
13: 1973, 1982 e 1988	Capital humano e classe na determinação dos rendimentos da população rural.	Determinar as contribuições do segmento do mercado de trabalho/de classe para os rendimentos sob uma variedade de condições	Todo o Brasil I	Jorge Neves, Professor, Universidade Federal de Pernambuco. Danielle Fernandes, doutoranda, University of Wisconsin	Contrariamente a publicações anteriores, a educação (e também a experiência) é uma influência poderosa sobre os rendimentos dos agricultores. Assim, também, é a classe de cada um, com a qual o capital humano interage. = =	1998? (J. A. Neves e D. Fernandes). <i>Human Capital, Social Classes, and the Earnings Determination Process in Brazilian Agriculture</i> . (sob revisão para uma revista)
14: 1973-1988 e além	A transformação social do Brasil	Determinar o padrão de mudanças na mobilidade urbana intergeracional e verificar o que seriam sem o input rural.	Todo o Brasil	—	Parece que a mobilidade ascendente declinará bruscamente quando cesse a entrada de migrantes rurais..	1996. What's Happening to the Social Transformation of Brazil. Report to the Presidency of Brazil.

Período	Título do projeto	Objetivo	Local	Principais colaboradores (posição mais recente)
Ênfase III - Desenvolvimento e Estratificação: testes e hipóteses				
15: 1970	Medindo o desenvolvimento da população de 360 micro-regiões do país e identificando as regiões de maior nível de desenvolvimento	Formular um instrumento (DSE) através do qual medir os níveis de desenvolvimento sócio-econômico das populações das micro-regiões e delimitar (aproximadamente) as fronteiras entre macro-regiões com níveis de desenvolvimento claramente diferentes. O objetivo do mapa resultante das regiões DSE do Brasil é permitir testar a relação entre desenvolvimento regional e a estrutura da estratificação.	Todo o Brasil	—
16: 1973	Mercado de trabalho, segmentação e renda	Determinar a influência das três variáveis de segmentação do mercado de trabalho (SMT) sobre a renda de homens e mulheres.	Todo o Brasil	José Pastore, Professor, Universidade de São Paulo
17: 1973	Industrialização e transmissão de status	Testar a hipótese de Treiman (1970) sobre os efeitos do status ocupacional de origem e educação sobre o status atual: tal hipótese estabelece que: quanto mais alto o nível de industrialização, maiores os efeitos da educação e menores os do status de origem sobre o status atual.	Regiões do Brasil	David B. Bills, University of Iowa
18: 1973	Classe e status de origem, desenvolvimento e aquisição.	Comparar a eficácia da classe no sentido marxiano e do status hierárquico sobre o status adquirido, sob condições de desenvolvimento variáveis.	Regiões do Brasil	David B. Bills, Professor, University of Iowa; Jonathan Kelley, cientista, Australian National University; José Pastore, Professor, Universidade de São Paulo
19: 1973 e 1982	Adscrição e determinação de status	Testar os efeitos do gênero e status de origem sobre educação, renda de status ocupacional e a transmissão de status através da educação.	Regiões do Brasil	Hélcio U. Saraiva, diretor executivo, Vitae, São Paulo
20: 1973 e 1982	Os efeitos da educação sobre a renda.	Determinar as variações da renda com a educação e as relações destas variações sobre o desenvolvimento (temporal e regional).	Regiões do Brasil	Hélcio U. Saraiva, diretor executivo, Vitae, São Paulo
21: 1970, 1980	Os níveis de desenvolvimento sócio-econômico da população da Amazônia como região aberta ao investimento.	Determinar como medir o DSE da população da Amazônia e testar o mito de que o investimento, por um sistema capitalista, reduz o DSE da população.	Todos os municípios da Amazônia legal.	Ramon Torrecilha, Ford Foundation; M. Cristina D.P. Haller, Professora, Universidade Federal de Viçosa; Manoel M. Tourinho, Professor, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará

Descobertas	Publicações (lista parcial)
de que o desenvolvimento induz à desestratificação	
O desenvolvimento consiste em um único e poderoso fator, o desenvolvimento sócio-econômico da população de cada micro-região. Cinco macro-regiões são evidentes quando as micro-regiões são mapeadas pelos valores DSE. (Ademais do uso que dele fizemos para pesquisa, o Brasil baseou nele algumas de suas políticas).	1982. A Socioeconomic Regionalization, Brazil, In: Geographic Review 72 (Oct.): 450-464. 1983. The Socioeconomic Macroregions of Brazil-1970. Nagoya: United Nations Centre for Regional Development.
Cada uma das variáveis de segmentação do mercado de trabalho teve um efeito substancial sobre a renda. Os empregadores - especialmente mulheres - tiveram duas a três vezes a renda de outros empregados similares.	1983. (com J. Pastore). Labor Market Segmentation, Sex, and Income in Brazil, p. 183-196, In: Dorothea Goudart, Industrial Relations in the Unorganized Sector. Tokyo: Japan Institute of Labor.
Não fornece evidências convincentes de um padrão sistemático de relacionamento entre industrialização, status de origem, educação e o atual status ocupacional.	1984. (com D. B. Bills). Socioeconomic Development and Social Stratification: Reassessing the Brazilian Case, In: Journal of Developing Areas 19(Oct.):59-70.
Origens de classes, origens de status, classe, status ocupacional e educação têm efeitos tanto independentes como interdependentes sobre a renda. Seus efeitos combinados são amplos e mais ou menos iguais entre as três regiões mais desenvolvidas, mas muito mais baixos nas menos desenvolvidas. A classe é mais relacionada às origens de classe do que outras variáveis antecedentes. Os capitalistas obtêm muito mais renda do que os trabalhadores que possuem status, educação e origens equivalentes, especialmente na periferia em desenvolvimento do sul do país.	1985. (com D. B. Bills et al.). Class, Class Origins, Regional Socioeconomic Development, and the Status Attainment of Brazilian Men, In: Research in Social Stratification and Mobility 4:89-127.
(1) A discriminação de gênero é marcante com respeito à renda, ambígua para ocupação e inexistente para educação (2) Quanto mais alto o nível de desenvolvimento temporal e regional, maior o impacto do status do pai sobre a renda, o status ocupacional e a educação. (3) O status das mulheres é mais fortemente vinculado ao do pai do que o do homem. (Não existem dados para raça)	1991. (com H. U. Saraiva). Ascription and Status Transmission in Brazil, p. 63-93, In: J. G. Scoville, Status Influences in Third World Labor Markets: Caste, Gender, Custom. Berlin: de Gruyter.
(1) A educação tem um forte impacto sobre a renda. (2) O desenvolvimento não tem efeito nessa relação. (3) Quanto mais alto o nível de educação, maior o efeito da instrução adicional.	1992. (com H. U. Saraiva). The Income Effects of Education in a Developing Country: Brazil—1973 and 1982. Research in Social Stratification and Mobility 11:295-336.
Na década em que se iniciaram os investimentos massivos na Amazônia, os níveis DSE da população de 99% dos municípios da região aumentaram, especialmente nas maiores cidades e em outras capitais de estado, e nas áreas com melhor acesso aos mercados ao sul. (Isto não nega a violência generalizada, uma característica das fronteiras, tais como a Amazônia)	1996. (com R. Torrecilha, M.C.D.P. Haller e M. M. Tourinho). The Socioeconomic Development Levels of the People of Amazonian Brazil - 1970 and 1980, In: Journal of Developing Areas 30(Apr.):293-316.

Período	Título do projeto	Objetivo	Local	Principais colaboradores (posição mais recente)
22: c.1986 -1991	O significado e a mensuração do desenvolvimento nacional	Determinar a estrutura fatorial nas mensurações bem concebidas do desenvolvimento relativo dos países a nível mundial.	Todos os países para os quais existam dados apropriados disponíveis.	Bam Dev Sharda e George A. Miller, Professores, University of Utah
23: c.1986- 1981	O desenvolvimento nacional e a estrutura da estratificação	Apresentar hipóteses testáveis concernentes ao impacto do desenvolvimento de países sobre a estrutura de seus sistemas de estratificação.	Todos os países para os quais existam dados apropriados disponíveis.	Bam Dev Sharda e George A. Miller, Professores, University of Utah

Descobertas	Publicações (lista parcial)
Aprendendo-se a ler em português do Brasil	
O desenvolvimento nacional consiste em duas dimensões quase ortogonais: desenvolvimento doméstico (DD) e autoridade internacional (AI). O DD é bem conhecido. Parece ser a primeira vez que o AI tem sido mostrado como uma dimensão separada do desenvolvimento nacional.	1998 (com B. D. Sharda e G. A. Miller). Concepts and Indicators of Development: An Empirical Analysis, In: <i>Journal of Developing Societies</i> I and II (April):82-99.
As principais teorias predizem que o desenvolvimento induz à desestratificação (Lenski, Treiman). Esta hipótese aplica-se à DD mas nunca foi adequadamente testada. Ela provavelmente não se aplica à AI, onde (inferimos) quanto mais alto o AI, maior a tendência ao aumento no grau de estratificação.	1997. (com B. D. Sharda e G. A. Miller). New Light on National Development: A Challenge for Stratification Theory. Presented at the International Sociological Association's Research Committee 28, Quebec City, 14/08/97.

DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE O BRASIL 1941-1999

Department of Rural Sociology
College of Agricultural and Life Sciences
University of Wisconsin - Madison USA

Contribuições ao Programa sobre Estratificação Societal

(Autor, título do trabalho, ano, grau obtido, orientador)

I. Teses de doutorado

CONVERSE, James Walter. *Anomia and Alienation: Social Psychological Factors in the Modernization of an Isolated Area in Rural Brazil.*

1969, Ph.D. Haller

ROCHA, José Bolivar Viera da. *Financial Speculation, High-Technology and Labor: The Process of Automation in Brazil's Banking Industry 1964-1986.*

1989, Ph.D. Haller

DRUMMOND, José Augusto Leitão. *Environment, Society and Development: An Assessment of the Natural Resource Economy of the State of Amapá (Brazil).*

1999, Ph.D. Haller

DVORAK, Suzanne. *Female Headed Households in an Industrializing Society: Brazil, 1970-1980.*

1989, Ph.D. Haller

FERNANDES, Danielle Cireno. *Educational Stratification, Race and Socioeconomic Development in Brazil.*

1999, Ph.D. Haller

GOMEZ BUENDIA, Hernando. *Wage Differentials in São Paulo's Industrial Labor Force: Contextual and Individual Effects.*

1974, Ph.D. Haller

HANSEN, David Oliver. *The Relationship Between Land Tenure and Social Status in the Rural Colonia Region of Southern Brazil.*

1972, Ph.D. Haller

MARANHÃO, Silvio Marcelo. *Economic Development and Internal Dependency: The Case of Northeastern Brazil.*

1976, Ph.D. Haller

NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. *Human Capital, Social Classes, and the*

Earnings Determination Process in Brazilian Agriculture: 1973, 1982, and 1988.

1997, Ph.D. Haller

QUIRINO, Tarcizio R. *The Industrial Job Structure of University Trained Personnel in Sao Paulo, Brazil.*

1974, Ph.D. Haller

ROCHA, Fernando A. S. *Determinants of Occupational Achievement, Income and Level of Living in Brasilia, Brazil.*

1968, Ph.D. Wilkening

SARAIVA, Hélcio Ulhoa. *The 'Variable Discrimination' Hypothesis and the Measurement of Socioeconomic Status in an Isolated Brazilian Area.*

1969, Ph.D. Haller

TOURINHO, Manoel M. *Economic Development and the Income of Brazilian Male Migrants of Farm Origin.*

1982, Ph.D. Haller

TREVIZAN, Salvador D. P. *Market Orientation, Class Structure, and Socioeconomic Returns in Agricultural Production in Brazil.*

1989, Ph.D. Haller

II. Teses de Mestrado

BARROS, Edgard Vasconcelos de. *Differential Contacts Among Welfare Services in Four Brazilian Communities Within a Rural-Urban Situation.*

1955, M. S. Kolb, Haller

EISENHANDLER, Jon. *Patterns of Occupational Change in Brazil 1950-1970.*

1975, M. S. Haller

HOLSINGER, Donald B. *Intrasocietal Variation in Occupational Prestige Hierarchies: Brazilian Data.*

1969, M. S. Haller

JENSEN, Leif Ingraham. *Modernization and the Relative Status of the Elderly: The Case of Brazil.*

1982, M. S. Tienda, Haller

LEVY, Henrique. *Seasonal Migrations in Brazil's Northeast: The Case of Pernambuco.*

1973, M. S. Haller

PITTS, Melinda Karen. *Job Involvement Among Brazilian Bank Workers: A Test of Three Hypotheses Concerning Alienation.*

1990, M. S. Haller

QUEDA, Oriowaldo. *Land and Socioeconomic Status in an Isolated Area in Rural Brazil.*

1970, M. S. Haller

ROCHA, Maria Camila Omega. *Socioeconomic Development in Brazil (1970-1980).*

1987, M. S. Middleton, Haller

Outras contribuições à compreensão do Brasil:

III. Teses de doutorado

LIMA, Suzana Maria Valle. *Organizations and Layoffs: A Public Sector Case in Brazil.*

1992, Ph.D. Halaby

PASTORE, José. *Satisfaction Among Migrants to Brasilia, Brazil: A Sociological Interpretation.*

1968, Ph.D. Wilkening

PINTO, João Bosco Guedes. *Social Factors Associated With Adjustment of Rural Migrants in Central Brazil.*

1967, Ph.D. Wilkening

ROTHMAN, Franklin Daniel. *Political Process and Peasant Opposition to Large Hydroelectric Dams: The Case of the Rio Uruguai Movement in Southern Brazil.*

1993, Ph.D. Middleton

SCHNEIDER, João Elmo. *Agricultural Cooperatives and Dependent Accumulation in Brazil: Change or Reproduction?*

1978, Ph.D. Johnson

IV. Dissertações de Mestrado

ALBANO, João Pitanguy. *Rural Education: Its Special Problems in Brazil and in the United States.*

1946, M. A. Kolb

BARROS, Mario Paes de. *Colonization and Family Settlement in Brazil: Cases of Public and Private Compared.*

1956, M. S. Kolb

SOUZA, João Gonçalves de. *The Regional Approach in Exploring the Northeastern Section of Brazil.*

1946, M. S. Kolb

BROWN, Eric N. *Pentecostals in Politics: Their Effect on Workers' Issues in the Brazilian Constitution of 1988.*

1992, M. S. Haller

KRANZ, Rhonda H. *Tree Seedling Regeneration and Bird Communities After Wildfire in a Selectively Logged Rain Forest in the Eastern Amazon.*

1995, M. S. Haller

LANGLIE, Jean. *Extended Familism in Northeast Brazil.*

1969, M. S. Haller

LEWIS, Carolyn. *A Regional Analysis of Agricultural Innovation in Brazil.*

1969, M. S. Wilkening

LOPES, Renato Simplicio. *Information Seeking Behavior of County Extension Agents in Minas Gerais, Brazil.*

1966, M. S. Johnson

MARTELETO, Fidelis. *Education and Development: Literacy and School Attendance in Southern Brazil.*

1977, M. S. Fuguitt

QUESADA, Gustavo Martin. *Contacts With Professional Services as Related With Social Characteristics in a Rural Area of the State of Rio de Janeiro, Brazil.*

1965, M. S. Wilkening

REESE, Heather Marie. *The Utility of Multi-Temporal, Digital Landsat Data and Ancillary Data for Land Cover Classification in the Brazilian Amazon: A Case Study of São Felix do Xingu.*

1995, M. S. Lillesand, Haller

ROTHMAN, Franklin Daniel. *Rural Class Structure and Peasant Organization: A Case Study of Two Municípios in a Rural Development Program in Minas Gerais State, Brazil.*

1991, M. S. Gilbert

SARAIVA, Helcio Ulhoa. *Information Seeking Behavior as Related to Sociological Factors in a Rural Northeast Brazilian Município.*

1965, M. S. Wilkening

POWERS, Daniel. *Proletarianization Among Nicaraguan Coffee Workers.*

1984, M. S. Haller

OUTRAS TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Department of Rural Sociology
College of Agricultural and Life Sciences
University of Wisconsin-Madison USA

V. Teses de Doutorado

- AMARO, Nelson Victoria. *Ascription and Talent in Status Attainment*.
1975, Ph.D. Haller
- OKADA, Yoshitaka. *Multinational Corporations and Indonesianization: Dependency and Struggles for Interdependency*.
1981, Ph.D. Elder, Haller
- PORTES, Alejandro. *Radicalism in the Slum – A Study of Political Attitudes in a Chilean Lower-Class Settlement*.
1970, Ph.D. Haller
- SINGH, Vijai P. *The Evolution of a Rural Stratification in India 1930-1965*.
1970, Ph.D. Elder, Haller
- SPENNER, Kenneth. *From Generation to Generation: The Transmission of Occupation*.
1977, Ph.D. Featherman, Haller
- VALERA, Jaime B. *The Influence of Location and Development on Socioeconomic Achievement in the Philippines*.
1979, Ph.D. Haller

VI. Dissertações de Mestrado

- EISENHANDLER, Susan. *The Wives of Lenawee County: A Reexamination of the Wife's Contribution to the Husband's Occupational Attainment*.
1975, M. S. Haller
- KISJARDONO. *A Social Psychological Model of Status Attainment Processes*.
1982, M. S. Haller
- LOY, Nancy. *Status Inconsistency and Leftist Radicalism*.
1970, M. S. Haller
- OLSON, Mary B. *Towards a Measurement of Personal Political Influence*.
1977, M. S. Haller
- SCHWEITZER, Elizabeth M. *Exploratory Research Into the Relationship Among Socioeconomic Status, Significant Other Influences, and Level of Occupational*

Aspirations.

- 1968, M. S. Haller
- TSENG, Min-Chieh. *Wage Determinants of Taiwan's Married Female Labor Force: Do Area and Occupation Moderate Wages?*
1991, M. S. Haller
- UL-HAQ, Mohammad Anwar. *Ethnicity and Socioeconomic Behavior of Farm Operators In Wisconsin*.
1968, M. S. Haller

RESUMO

Este artigo relata a história de um esforço para compreender o funcionamento das desigualdades da sociedade, às quais chamamos *estratificação social*, em termos que atendam tanto à teoria clássica como aos avanços da análise empírica após a Segunda Guerra Mundial. Descreve as origens, os objetivos e as realizações de um Programa que resultou da colaboração de um grupo de pesquisadores sobre o Brasil – um grande e populoso país em desenvolvimento do bloco capitalista, cuja distribuição populacional, desde 1960 até o presente, passou de dois terços rural a quatro quintos urbana e que, no mesmo período, transitou de uma democracia caótica a um governo militar, voltando novamente ao regime democrático.

ABSTRACT

This paper recounts the story of a quest to understand the workings of the inequalities of society we call *societal stratification* in ways that are fair both to classical theory and the post-World War II developments of empirical analysis. In doing so, it describes the origins, objectives, and accomplishments of a sustained Program of research collaboration on a large and populous developing nation in the capitalist bloc, whose population distribution changed from two-thirds rural to four-fifths urban from around 1960 to the present, and which over the period switched from a chaotic democracy to a military authoritarian government and back again.

Archibald Haller é professor emérito da University of Wisconsin, Madison, U.S.A.

Tradução: Tania Quintaneiro